

## **PEDAGOGIA DA PRODUÇÃO ASSOCIADA: as relações educativas construídas no processo de autogestão do trabalho**

Ilza Nunes da Cunha Polini  
ilzapolini@hotmail.com  
Mestranda em Educação/UFMT  
Universidade Federal de Mato Grosso

GT2-Controle social dos Meios de Produção

### **RESUMO**

Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento no Mestrado em Educação, do Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal do Mato Grosso. Na modelagem do barro, há dois anos, o trabalho de seis mulheres artesãs do Distrito de Progresso, há 15 km da cidade de Tangará da Serra (sudoeste do Estado de Mato Grosso) e 220 km da capital Cuiabá. Na perspectiva solidária da divisão do trabalho e do resultado, criam artefatos culturais, peças ornamentais característicos do estado, como: fontes de água, tuiuiús (ave típica do pantanal), tangarás (ave que deu nome a cidade), pratos de parede, jarros, potes, todos feios de barro. O trabalho feminino tem permitido o direito ao controle da produção e dá condições de melhoria da qualidade de vida, à valorização do trabalho e dos seres humanos, vinculado à reprodução ampliada da vida, e não do capital. Nosso intento é na perspectiva do materialismo histórico pesquisar a produção associada e a dimensão do trabalho como princípio educativo. De acordo com análises preliminares, podemos dizer que este grupo pode ser uma alternativa para a classe trabalhadora, tanto da cidade como do campo, para libertar-se das diversas formas do trabalho alienado. Karl Marx, Antonio Gramsci (1989a,1989b), Lia Tiriba (2002, 2003, 2006), entre outros, serão os interlocutores das nossas reflexões.

**Palavras-Chave: Trabalho. Educação. Produção associada. Saberes do trabalho.**

## APRESENTAÇÃO

Os avanços tecnológicos têm exigido maiores qualificações, eficiência e capacidades produtivas tanto para se manter quanto para ingressar no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, observa-se o crescimento dos índices de desemprego, subemprego e da informalidade uma vez que as pessoas não atendem às exigências do mercado de trabalho competitivo e excludente; os trabalhadores assim, engrossam as estatísticas e as filas dos excluídos. Sobre isso Paul Singer lembra que é necessário “resistir às tendências destrutivas e concentradoras da dinâmica capitalista” (2000, p. 114).

Assim, setores da camada popular da sociedade, para os quais não existiam políticas públicas que fossem além da assistência social, buscaram na economia popular solidária uma possibilidade de manutenção da vida. Os movimentos e as organizações associativas e suas práticas podem ser consideradas inaudíveis diante da lógica de acumulação do mercado capitalista, em um modelo econômico alicerçado no crescimento ilimitado e a qualquer custo, mas constituem-se em espaços reais e potenciais de formação de um novo homem para um “novo” modelo de sociedade.

Desta forma, o trabalho associado nas últimas décadas tem conquistado o/um lugar enquanto uma alternativa para a classe trabalhadora - tanto da cidade quanto do campo - libertar-se das diversas formas do trabalho alienado. Os sujeitos dessa modalidade da economia popular estão vivendo processos de disputa por legitimação e validação social desse modo de produção da existência, vinculada à reprodução ampliada da vida e não do capital. Entendemos por economia popular a possibilidade da valorização do trabalho e dos seres humanos; que é a forma pela qual homens e mulheres tentam assegurar o seu estar no mundo, criando possibilidades/estratégias e condições de trabalho que objetivam não apenas a obtenção de excedentes que possam ser trocados no mercado, mas ações coletivas organizadas no âmbito das comunidades, a reinvenção (reinvicação) do popular na economia e nos processos de educação dos trabalhadores.

Nesta perspectiva nossa pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico que é além de concepção de mundo um método que intenciona revelar a realidade, dimensionando a totalidade sem esquecer do específico, do particular, do singular e é claro do histórico. Na perspectiva dialética é compreender a realidade contraditória, conflitantes em transformação

constante. Sabemos que há limites na interpretação do pesquisador e nosso olhar se encontra na perspectiva possível, mas que outras perspectivas são possíveis. Apesar do rigor metodológico, que nos propomos, sabemos da impossibilidade de se “enxergar” toda a realidade, afinal há outras tantas possibilidades e perspectivas sobre uma mesma pesquisa.

Assim, este texto é parte de uma pesquisa em andamento que pretende apreender qual o sentido do trabalho para as artesãs quando elas tornam-se “donas” dos meios de produção, e se elas identificam nas suas ações um protagonismo; além de apreender como as associações populares disciplinam o trabalho coletivo. Quem controla quem, quem é o “capataz”<sup>1</sup>(2001).

Apreender também a produção associada e a interface educação e trabalho, como se estabelecem as relações, do trabalho como princípio educativo; quais os agentes pedagógicos que na experiência de “tirar” da argila a arte possibilitam a construção de uma nova cultura do trabalho; e quais as perspectivas de se vislumbrar nesta experiência de auto-gestão, um novo projeto de sociedade baseado na solidariedade e na emancipação do indivíduo. É possível falar em uma “nova disciplina do trabalho” (TIRIBA, 2001), nesta experiência do trabalho coletivo e autogerido dessas mulheres?

## **DO REINO DA NECESSIDADE AO REINO DA LIBERDADE**

A Revolução Industrial a partir do fim do século XVIII na Inglaterra representou uma série de inovações técnicas que marcam a transição da produção tradicional de caráter artesanal para a produção industrial moderna, recapitularemos sucintamente o que representou a revolução industrial e o aparecimento do modo de exploração do trabalho pelo capitalismo, assim como a “invenção” da “organização familiar do trabalho”. Em Nogueira (1990, p. 24):

O modo de produção baseado principalmente na habilidade e destreza humana é substituído por uma nova forma de produzir que se assenta sobre o sistema de máquinas (vantagens: rapidez, precisão, regularidade, infatigabilidade). As fontes tradicionais de energia (força humana ou animal) cedem lugar as formas inanimadas (energia hidráulica, a vapor, cuja potência e independência em relação aos acidentes e acasos da natureza constituem-se em fatores de elevação da produtividade).

As transformações que ocorreram na organização do trabalho, na emergência do sistema fabril tinham a intenção de concentrar massas de operários assalariados trabalhando, seguindo disciplinas externas e sob vigilância constante, com o objetivo do aumento da produtividade. Na prática trouxe uma nítida deterioração das condições de trabalho quer seja

---

<sup>1</sup> No texto de Tiriba, 2006, o “capataz” é o relógio, que controla e regula a rotina da sociedade industrial.

referente à jornada de trabalho, quer seja referente à “utilização selvagem da força de trabalho de mulheres e crianças” (NOGUEIRA, 1990). Sobre isso Marx chama a atenção para a capacidade da indústria de se apossar de elementos antes à margem desse processo: a mulher e o menor,

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria (MARX, 1973 p.23)

Com a tecnologia e a conseqüente simplificação do trabalho devido à mecanização, houve uma necessidade cada vez maior de braços juvenis, sendo usado o emprego massivo de crianças, “os aprendizes”. Eram órfãos, abandonados, indigentes etc., (de sete até 13, 14 anos) levados para *Workhouses*, paroquiais que ficavam perto das fábricas. Com a preferência dada à máquina a vapor em relação à energia hidráulica, gradualmente as usinas começam a se implantar nas cidades, onde a mão de obra era farta. Marx afirma que a partir desse momento o industrial pôde substituir as *workhouse* pelo trabalho familiar. Este foi o período de “organização familiar do trabalho”, em que pais e filhos trabalhavam em fábricas e por vezes na mesma fábrica, contratados pelo mesmo patrão. Sobre isso Fohlen (1973, p. 319) relata,

logo as crianças das paróquias não foram suficientes para suprir as necessidades. Os pais que no início encaravam com desconfiança o emprego de seus filhos acabaram por aceitá-lo, e, por vezes até mesmo por sentirem aliviados, pois que a paga das crianças não podia ser desprezada.

“Agora, a mercadoria-força de trabalho infantil será diretamente fornecida ao fabricante, pelo pai de família” (NOGUEIRA, 1990, p.35). Em Marx<sup>2</sup> lemos “O trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos”. Uma das razões pelas quais os pais “colocavam” seus filhos no trabalho (sobretudo os mais necessitados) era pela necessidade da colaboração financeira que este outro membro da família poderia oferecer.

É importante lembrar que a classe operária desta época era composta por mulheres, crianças e adultos e cuja remuneração implicava em condições deploráveis e desumanas. Os relatos de maus tratos e exposição a que sofriam as crianças fazem parte de um capítulo real e degradante da história da revolução industrial, mas que abordamos brevemente, (sem com isso diminuir a importância da discussão) por não ser - a infância - o foco principal de nossa pesquisa.

---

<sup>2</sup> Marx, K. O Capital, ed. Cit., t. 2, p.23

Sendo assim, o trabalho ao longo do tempo sempre foi visto como sofrimento, apesar de ser necessário para a manutenção da vida, desde as sociedades comunais até hoje onde apropriava-se coletivamente dos meios de produção e desse modo se educavam e educavam as gerações vindouras. Tudo era feito no coletivo e produzido desta forma, os homens produziam/proviam a sua existência e se educavam nesses fazeres.

Então por que trabalhar? Trabalhar é mesmo necessidade, ou é um meio de ganhar a vida? Ou é a única forma de se inserir na sociedade? Que inserção, que sociedade, para que mercado? Assim, parece impossível conciliar o trabalho e a vida, e a lógica capitalista valoriza o trabalho assalariado e não podia ser diferente nesta configuração o trabalho é sinônimo de horários fixos, de tarefas predeterminadas, limitações de competências. Como se envolver plenamente numa atividade que não tem nada de criadora ou desafiadora, que cria riquezas ao mesmo tempo em que mata autonomia e inventividade. Se o trabalho não é liberdade, não é escolha livre, o trabalhador não escolhe o que, como e quando produzir então.

Para Pistrak (2005, p.41) a aptidão para trabalhar coletivamente só se adquire no trabalho coletivo, mas a aptidão para o trabalho coletivo significa também que se sabe dirigir quando é necessário e obedecer quando é preciso (...). Assim, pesquisas apontam que a produção associada apresenta-se como a possibilidade de os trabalhadores recriarem uma “nova disciplina do trabalho” (GRAMSCI E TIRIBA). Referente a isso Gaiger (1999, p.33) lembra,

O desenvolvimento da organização cooperativista popular, de economia solidária, ressurgiu como uma nova alternativa ao desemprego a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por (ex) desempregados. Esta pode ocorrer através da “expansão das iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação”

É neste contexto dessas relações da produção associada como possibilidade de produção e renda, e dos associados tomarem as “rédeas da própria vida”, que se pretende pesquisar e se propõe a retomada da discussão do que se convencionou chamar de economia popular solidária. Sobre o possível conceito deste termo Singer (2003) diz que,

Economia solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do atlântico, com acepções variadas, mas que giram em torno da idéia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. (p.116).

Diferente de uma economia capitalista, exploratória e desumana, a autogestão traz potencialmente uma série de vantagens, e ser proprietário dos meios de produção no qual o trabalhador participa das decisões permite uma motivação maior apesar das adversidades. O trabalho associado é revertido em favor dos próprios produtores que tem a possibilidade de

uma melhoria da qualidade da vida e de sua satisfação. Difere da racionalidade capitalista que não é solidária nem tampouco inclusiva. A fase de mudanças e de (re) construção dessa cultura da auto-gestão só será possível e benéfica se as pessoas compreenderem o que é preciso construir (e como?).

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária (SINGER, 2002, p.21).

A autogestão é conjunto de práticas que se caracterizam pela democratização das decisões, é escolha do grupo e deve ser exercido e aprendido por todos, é a superação do individualismo. Para isso é vital que se tenha confiança e ajuda mútua. Assim, autogestão é engajamento constante, efetivo e coletivo, é necessário que todos compreendam os processos de produção, administração e comercialização. Pistrak (2005, p.41) propõe, para o trabalho coletivo,

O desenvolvimento de três habilidades: 1) aptidão para trabalhar coletivamente e para encontrar espaço num trabalho coletivo: 2) aptidão para analisar cada problema novo como organizador: 3) aptidão para criar as formas eficazes de organização.

Essas habilidades devem ser desenvolvidas no coletivo das organizações, num exercício coletivo de convívio e organização. A autogestão, apesar de não ser uma idéia nova, pode ser vista hoje, como uma radicalização deste processo de devolver ao trabalhador parte daquilo que o capitalismo lhe foi tomando ao longo dos séculos. Como afirma Frigotto (2000, p.15-26),

A forma do capital agora é predominantemente de destruição de direitos e obstáculo à liberação de trabalho, já possibilitado em larga escala pelo avanço das forças produtivas, não significa que o sistema capital desapareça automaticamente por suas contradições internas. Os indícios que temos, assinalados por vários autores é que o capital continua agora se afirmando pela destruição. Dados não faltam.

São inegáveis os problemas decorrentes de trabalhar com os “restos do capitalismo” (TAUILLE, 2002). As associações de autogestão geralmente são formadas por pessoas que (em sua grande maioria) não possuem grande patrimônio pessoal e, têm um reduzido grau de instrução, apesar de dominar o fazer “prático”, mesmo que por vezes tenha dificuldades de falar sobre esses conhecimentos. A falta de recursos financeiros faz com que a associação nasça com uma estrutura de capital deficiente e que a necessidade de capital de giro seja superior à sua capacidade de financiá-lo. A falta de instrução formal dos associados, de conhecimentos técnicos e práticos e a falta de experiências para lidar com o mercado dificultam o domínio do processo produtivo.

## TECENDO A VIDA NA MODELAGEM DO BARRO

O grupo “Arte da Terra”, localizada no Distrito de Progresso, há 15 km da cidade de Tangará da Serra-MT (220 km da capital Cuiabá) situada a sudoeste do estado de Mato Grosso, é um núcleo dentro da Associação Assoarte – Associação de artesãos, que congrega outros núcleos que trabalham com outros artesanatos e com vendas de frutas produzidas na própria região. Segundo Dona Sebastiana – Dona Fia, como gosta de ser chamada- o início da associação se deu a partir de alguns cursos oferecidos pela prefeitura e Secretaria de Turismo. Uma artesã local ensinou técnicas do trabalho com o barro e outro profissional a arte do trabalho com o torno. “Depois nós caminhamos com as nossas próprias pernas”, completa orgulhosa.

O núcleo existe há dois anos e conta com a participação de seis mulheres, com idades de 35 a 64 anos, que na perspectiva da solidariedade e da divisão do trabalho e da produção, se dedicam à confecção de peças ornamentais feitos de barro. O primeiro contato com Dona Fia e Senhor Dito, seu marido, aconteceu em uma feira de produtos artesanais e alimentícios em Tangará da Serra, onde expunham e vendiam o resultado de seus trabalhos. Pequenas réplicas de animais como tuiuiú (ave típica do pantanal), tangará (que deu nome a cidade), além de vasos de flores, enfeites, fontes de água, pratos de parede, todos feitos de barro, matéria-prima que a associação no início recebia em doação, mas atualmente compra o tijolo sem “queimar” por dez centavos, quebram e de molho em água ele volta a ser matéria-prima para as mãos habilidosas das mulheres..

Embora nossa pesquisa no curso de Mestrado na Universidade Federal de Mato Grosso não esteja concluída, é possível dizer que as artesãs desenvolvem seu trabalho no sentido do domínio dos meios de produção e comercialização de sua produção, de subsistir, em busca de autonomia econômica e da emancipação do trabalho feminino. São “estratégias populares de trabalho e sobrevivência, entendidas como arte de criar condições favoráveis para satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como imateriais” (ICAZA e TIRIBA, 2003, 102). Para Marx e Engels,

O homem se educa, se faz homem, na produção e nas relações de produção, através de um processo contraditório em que estão sempre presentes e em confronto, momentos de educação e de deseducação, de qualificação e desqualificação e, portanto, de humanização e de desumanização. (Apud KUENZER, 1998, p.11)

O grupo Arte da Terra como diz Marx, constrói sua história, mesmo sem a consciência do protagonismo que sua experiência de produzir o trabalho e promover as relações humanas

representa para as participantes ou para a história. Talvez não percebam o sentido do trabalho quando dominam todo o processo de produção, e nem identifiquem como são construídas as relações econômicas-sociais-educacionais no processo de produzir as peças e produzir a vida. O próprio grupo disciplina o trabalho coletivo, mas nem por isso ele é menos conflituoso, pelo contrário é permeado de contradições e tensões, como é toda relação humana de convivência e de trabalho. Os saberes adquiridos na vida, e na lida, fazem com que essas tensões sejam resolvidas, decididas ou relevadas por elas mesmas.

Como então, elas conseguem controlar a produção, se diferente de uma empresa capitalista, não há nenhum tipo de premiação por produção uma vez, que há o entendimento do que como e quando produzir é decidido pelo grupo, mesmo assim as pesquisas indicam que é possível manter uma disciplina no trabalho que garanta a produtividade, já que “a liberdade individual de fazer ou não uso de sua própria força de trabalho” (TORRES, 2006, p.71) é compreendida por todos do grupo. Para Gramsci “disciplinar-se é tornar-se independente”.

O processo de trabalho é, em si, educativo então é uma instância de produção de conhecimentos. O objetivo da educação é o de contribuir para que homens e mulheres trabalhadoras possam articular saberes sobre a vida, apropriando-se do processo de trabalho em sua totalidade (TIRIBA, 2008), afinal “A liberação da exploração capitalista do trabalho se dá com mais trabalho”! (TORRES, 2006). Como propõe Gramsci uma nova disciplina do trabalho tem o objetivo de construir relações sociais de produção cujo horizonte é a igualdade entre os seres humanos.

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Para Marx a base da sociedade como a característica fundamental do homem, está no trabalho, “é do e pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade, é pelo trabalho que o homem transforma a sociedade e faz história” (ANDERY, 1996, p.401).

Essas mulheres têm criado práticas sociais de produção coletiva e solidária que ao olhar do mercado capitalista pode parecer insignificante por conta de uma lógica de acumulação, exploradora e que visa o lucro acima de tudo, mas constituem-se espaços reais de formação, de resistência e articulação das “lutas dos empobrecidos” (ADAMS, 2010). Não se trata aqui de um olhar utópico, ingênuo, em que se diga que experiências isoladas podem ser as redentoras e responsáveis por mudanças estruturais no modo de produção e do trabalho, mas, em quais momentos o trabalho coletivo das mulheres aparece como possibilidade da tessitura de outros fios de uma “outra” lógica de sociedade que se sonha/deseja mais humana e mais solidária.



Existem outras formas de produzir que não essa propalada pela economia capitalista, não é tarefa fácil, que se dá de forma espontânea é construção histórica, conquistada no e pelo coletivo de pessoas que acreditam que o caminho se faz ao caminhar. Então caminhemos!

Assim, as mãos que misturam a terra, transformam o barro em arte, também desenvolvem habilidades para o trabalho associado coletivo. Entretanto, aprender a se organizar implica compreender que sociedade queremos, ou estamos construindo, definir com quem e para que sonhamos essa superação. “É criar e recriar uma nova disciplina do trabalho” (TIRIBA, 2006, p.71). Esses estudos mostram a importância da pesquisa de iniciativas populares, por grupos engajados, como uma possibilidade de contribuir para a inserção das pessoas não somente no mercado do trabalho, mas a garantia da cidadania, da possibilidade de qualidade de vida para si e para os seus. Assim a produção de mercadorias no trabalho associado, põe sobre o controle de quem as produz – no caso as mulheres - os conhecimentos de todo processo do trabalho, as decisões sobre o que como e quando produzir, o disciplinamento, além de ter o resultado do trabalho dividido de força igualitária, mesmo que o tempo de trabalho de todas não tenha sido o mesmo. Para terminar Marx reforça o que temos visto no decorrer da pesquisa: “só na comunidade com os outros é que cada indivíduo encontra os mecanismos para desenvolver suas faculdades em todos os aspectos; é apenas na coletividade, portanto, que a liberdade pessoal se torna possível” (MARX E ENGELS, 2008, p.112). Desta forma ousamos dizer que o grupo de artesãs exercita a coletividade efetiva, não ilusória, onde os indivíduos tomam posse de sua liberdade, numa relação coletiva motivada por interesses comuns, onde deixam de ser indivíduos individualizados e tomam posse de sua liberdade na associação e pela associação.

## BIBLIOGRAFIA

**ANDERY**, Maria Amália. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. São Paulo: EDUC. 1996.

**FRIGOTO**, estrutura e sujeito e os fundamentos da relação trabalho e educação – Texto apresentado no I Simpósio Trabalho e educação, realizado pelo NETE/FAE/UFMG em junho de 2001, publicado na Revista Trabalho e Educação, n. 9, jul/dez., 2001, p.15-26)

**GAIGER**, Luiz, Significado e tendências da economia solidária. In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (Org.), Sindicalismo e economia solidária. São Paulo, 1999.

**ICAZA**, Ana, e TIRIBA, Lia, Economia Popular. In Cattani, A.: A outra economia. Porto Alegre: Voraz, 2003: 101-109.

**LEFARGUE**, Paul. O direito à preguiça. Lisboa: Editorial Teorema, 1977.  
<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/direitopreguica.html> em 22/maio/2011.

**NOGUEIRA**, M. A.. Educação, saber, produção em Marx e Engels. São Paulo: Cortez. 1990.

**TAUILE**, R. José; **DEBACCO**, S. Eduardo. Autogestão no Brasil: o salto de qualidade nas políticas públicas. Inédito. Apresentado no VII Encontro Nacional de Economia Política e no II Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos, 30 de maio de 2002, Curitiba (PR).

**TIRIBA**, Lia. Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí, 2001

\_\_\_\_\_, Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. Artigo publicado em Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação/UFSC, n. 27, vol.26, n.1, jan/jun. Florianópolis. 2008.

\_\_\_\_\_, Pedagogia da produção associada. In: **TIRIBA**, Lia; **PICANÇO**, Iracy. Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. São Paulo: Santuário, 2004.

**TORRES**, A; **SEMERARO**, G. e **PASSOS**, L.A.(org.) Educação – fronteira política: Cuiabá: EdUFMT, 2006, 71-84.

**PISTRAK**, Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo: Expressão popular. 2005. p.41.

**SINGER**, P. e **SOUZA**, A. A economia solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_, Economia Solidária. In: **CATTANI**, Antonio D. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. p.116. Apud Economia solidária e educação de jovens e adultos / Sonia M. Portella Kruppa, organização. – Brasília: Inep/MEC, 2005. Texto: Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos de Marcos

**KUENZER**, Acácia Zeneida. Pedagogia da fábrica – as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Autores Associado. 1985.

**MARX**, Karl. O dezoito Brumários de Luis Bonaparte, p. 1. Apud Andery, 1996. p.402

**TAVARES**, Maria Augusta. Os fios (in) visíveis da produção, São Paulo: Cortez, 2005.